

# DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Quarta-Feira, 16 de julho de 2025 | edição nº 1320

R\$ 2,50

## NOVA PEC RETIRA PRECATÓRIOS DO TETO DE DESPESAS E PREVÊ TRANSIÇÃO PARA ENTRAR NA META FISCAL A PARTIR DE 2027

A PEC (proposta de emenda à Constituição) que cria novas regras para precatórios retira essas despesas do teto de gastos e prevê uma regra de transição de dez anos para que a União incorpore o estoque desses valores na meta fiscal. A transição começa em 2027. A cada ano, 10% do total de precatórios e RPVs (Requisições de Pequeno Valor) passará a ser incorporado à meta de resultado primário prevista na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Assim, ao final de dez anos o valor total estará dentro da meta. É o que prevê o novo relatório da PEC, apresentado nesta terça-feira (15) na comissão especial da Câmara, pelo deputado federal

Baleia Rossi (MDB-SP). O primeiro relatório foi criticado pelos especialistas em contas públicas.

A proposta foi aprovada na comissão e deverá passar pelo plenário da Câmara ainda nesta terça.

A mudança pode ajudar o Executivo a fechar as contas a partir de 2027 e afasta uma incerteza em relação ao futuro impacto dessas despesas nas contas públicas. Pelas regras atuais, todos os precatórios teriam que entrar no limite de gastos do arcabouço fiscal e ser contabilizados na meta fiscal a partir de 2027.

Hoje, uma parcela das sentenças fica de fora após acordo costurado pelo governo com o STF (Supremo Tribunal Federal) -R\$ 45,3 bilhões neste ano.

A PEC 66 de 2023 tratava, originalmente, apenas de dívidas dos municípios com precatórios e com seus regimes de previdência. O texto já passou pelo Senado, onde foram incorporadas também regras para os estados. Na comissão especial que o discute na Câmara, entraram também os precatórios da União.

A proposta foi negociada com o governo. Como antecipou a Folha de S.Paulo, a área econômica aproveitou a PEC para buscar uma solução para os precatórios, despesas que têm uma trajetória crescente e vem limitado o espaço para os gastos com investimentos e custeio da máquina administrativa, chamados de discricionários, no Orçamento federal.



## DESTAQUES DO DIA



**Empresários esperam acordo antes de possível retaliação aos EUA**

**Papel na mão de Alckmin diz que Tarcísio 'pode e deve' defender SP de sobretaxa de Trump**

**Governo busca negociação com EUA e pede apoio de empresários**

**China passa os EUA e é vista como maior potência econômica, mostra levantamento**



**Canopy capta US\$ 100 milhões para iniciar operações no Brasil**



## NO MUNDO

## Após relato de pedido, Trump diz para Zelenski não atacar Moscou



Um dia após o ultimato dado a Vladimir Putin para tentar acabar com a Guerra da Ucrânia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu nesta terça (15) que Volodymyr Zelenski não ataque Moscou.

A fala ocorreu após a publicação de uma reportagem do jornal britânico Financial Times, segundo a qual Trump havia questionado o colega há quase duas semanas se Kiev teria condições de atacar alvos militares em Moscou, e ouviu em resposta que sim, caso os americanos lhe fornecessem armamentos capazes de fazer isso. "Com certeza", disse o presidente ucraniano, segundo relato

publicado nesta terça pelo Financial Times. Ciente do azedume em Moscou com o texto, que não foi negado, Trump disse que não está do lado de ninguém. "Só quero parar a matança", afirmou.

A conversa por telefone ocorreu no dia 4 de julho. Na véspera, Trump havia falado com Vladimir Putin para, mais uma vez, tentar convencer o russo a aceitar um cessar-fogo no conflito iniciado por Moscou em 2022.

Decepcionado novamente, Trump aumentou o tom das críticas ao líder do Kremlin e, na segunda-feira (14), emitiu um ultimato para que ele aceite a trégua em até 50 dias, sob penas de ser punido com duras sanções e mais fluxo

de armas para Zelenski.

A Rússia rejeitou o ultimato, mas manteve a porta aberta para negociações diretas com os ucranianos. Segundo o Financial Times, o relato feito por duas pessoas que foram informadas acerca da conversa entre Trump e Zelenski mostrou um republicano muito menos próximo de Putin do que vinha demonstrando.

Ele chamou o colega de mau e introduziu o tema das armas de longo alcance. "Volodymyr, você pode atingir Moscou? Pode atingir São Petersburgo também?", disse Trump, segundo o jornal. "Com certeza. Nós podemos, se você nos der as armas", respondeu Zelenski.

Igor Gielow/Folhapress

## Obama pede que democratas sejam mais firmes contra Trump

Barack Obama pediu aos democratas que sejam mais duros em relação a Donald Trump e lutem pelos valores que acreditam que os Estados Unidos devem representar.

O apelo do ex-presidente americano ocorreu durante um evento de arrecadação de fundos em Nova Jersey, organizado pelo governador Phil Murphy, e sua esposa, Tammy Murphy, na sexta-feira (11).

"Acho que vai exigir um pouco menos de contemplação do próprio umbigo e um pouco menos de lamentação e posições fetais e vai exigir que os democratas simplesmente endureçam", disse Obama.

Entre as ações de resistência, ele sugeriu que os democratas abracem "ótimos candidatos concorrendo agora", como nas eleições em Nova Jersey e Virgínia. Obama declarou ainda que as decisões de Trump não são surpresa para ele, assim como a falta de barreiras do Partido Republicano.

"O que me surpreendeu foi o grau em que vi pessoas que, quando eu era presidente defendiam todo tipo de coisas, que parecem estar intimidadas e encolhidas, afastando-se de simplesmente afirmar aquilo em que acreditam, ou pelo menos o que disseram acreditar", disse.

Em abril, Obama e Kamala Harris, que foi vice-presidente no governo de Joe Biden e acabou derrotada por Trump na eleição do ano passado, criticaram a atual gestão do republicano e apontaram retrocessos nas áreas de direitos humanos e liberdades individuais, algo que teria provocado uma "grande sensação de medo".

Obama mencionou os esforços de Trump para remodelar o governo federal, reprimir a imigração e intimidar a dissidência. Também comentou sobre os ataques feitos pelo republicano contra veículos de comunicação e o sistema jurídico.

Folhapress

## Rússia rejeita ultimato de Trump e vê guerra continuar



A Rússia reagiu com um misto de desafio e cautela nesta terça (15) ao ultimato feito na véspera por Donald Trump, segundo o qual o americano deu 50 dias para Vladimir Putin parar a Guerra da Ucrânia, sob pena de novas sanções.

Segundo o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, a fala de Trump "é séria e precisa de tempo para ser analisada". Para ele, os "sinais dados em Bruxelas e Washington sinalizam a continuidade da guerra".

Bruxelas é a sede tanto da Otan, cujo secretário-geral Mark Rutte estava ao lado de Trump durante o anúncio

do ultimato no Salão Oval da Casa Branca, na segunda (14), quanto da União Europeia. Peskov disse que está clara a disposição dos países do continente em lutar por procuração.

Ele também afirmou que seu chefe poderá comentar pessoalmente o tema se considerar necessário, e reiterou que espera a resposta de Kiev para uma terceira rodada de negociações diretas.

Já o poderoso vice-chanceler Serguei Riabkov afirmou, um pouco antes, que a Rússia sempre esteve pronta para negociar, mas que não o fará sob ameaças ou ultimatoss. Sua escolha

como porta-voz na crise é simbólica: ele é o principal negociador nuclear da Rússia, além de especialista em Estados Unidos.

Aqui, há uma mensagem múltipla para o público interno. Por um lado, o mercado celebrou a pressão sobre Putin e a possibilidade de um fim para a guerra, com a Bolsa de Moscou subindo nesta terça. Por outro, políticos de linha-dura criticaram a guinada do americano.

Um dos porta-vozes deste grupo, o ex-presidente Dmitri Medvedev, chamou o anúncio de Trump de "ultimato teatral" a ser desconsiderado.

Igor Gielow/Folhapress

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Empresários esperam acordo antes de possível retaliação aos EUA



As principais lideranças da indústria brasileira participaram na manhã desta segunda-feira (15) de reunião com representantes do governo federal. O encontro, liderado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Geraldo Alckmin, tratou da decisão dos Estados Unidos de taxar em 50% os produtos brasileiros a partir de 1º de agosto.

Em coletiva de imprensa após a reunião, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, disse que o governo e o setor empresarial estão "uníssonos e convergentes" em busca de uma solução,

de preferência antes da data prevista para a taxação. Os empresários brasileiros também se comprometeram a intensificar o diálogo com o setor privado norte-americano.

"Não poderemos ficar na imprevisibilidade. Temos produtos perecíveis envolvidos nessa questão", ressaltou Alban, que defende a via da negociação com os EUA. "O que entendemos é que o Brasil não se precipitará em medidas de retaliação."

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes (foto), afirmou que o setor tem "confiança absoluta" na capacidade de negociação do Ministério

das Relações Exteriores (MRE) e do MDIC.

"Vamos dar todo suporte e apoio para que o Brasil chegue a um entendimento em benefício das empresas brasileiras e americanas", disse Gomes.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, também participou da coletiva. Ele agradeceu a contribuição dos empresários e destacou que a intenção do governo é resolver o problema, em diálogo com o setor privado.

Alckmin não descartou a possibilidade de buscar o adiamento da taxação caso até o dia 1º de agosto Brasil e EUA não cheguem a um acordo.

ABR

### Preço dos alimentos começa a cair no Brasil, mas tarifaço de Trump gera incertezas

Após nove meses consecutivos em alta, os preços dos alimentos consumidos no domicílio caíram 0,43% em junho no Brasil, de acordo com dados do índice oficial de inflação, o IPCA, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A redução, dizem analistas, pode ser atribuída a pelo menos dois fatores: o aumento da oferta de produtos com melhores condições de produção no campo e o dólar mais baixo nos últimos meses.

O cenário a partir de agosto, contudo, ganhou uma camada de incertezas devido à promessa do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de sobretaxar em 50% os produtos exportados pelo Brasil.

A primeira dúvida é se de fato a medida entrará em vigor nos termos anunciados por Trump, já que o presidente americano acumulou recuos em casos semelhantes, e ainda há tempo para possíveis negociações entre os dois países.

No caso dos alimentos, café, carne bovina e suco de laranja se destacam nas

exportações do Brasil para os Estados Unidos.

Em tese, o freio nos embarques poderia resultar em uma oferta maior desses produtos no mercado interno em um primeiro momento, reduzindo os preços para o consumidor brasileiro, segundo o economista Leandro Gilio, pesquisador do Insuper Agro Global.

Ele, porém, afirma que o dólar tende a se valorizar em períodos de incertezas elevadas. Isso poderia pressionar os custos de insumos e os preços finais não só dos alimentos posteriormente.

"A gente não sabe ainda se tudo vai ser aplicado e como o Brasil vai responder", diz. "Tem um ambiente de incertezas de ambas as partes", acrescenta Gilio, reforçando que uma eventual pressão do câmbio teria impactos mais generalizados no IPCA do que uma queda de preços de alimentos específicos.

Para o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, ainda não é possível projetar grandes mudanças no cenário de inflação no Brasil.

Leonardo Vieceli/Folhapress

### China passa os EUA e é vista como maior potência econômica, mostra levantamento



Novo levantamento do Pew Research Center, instituto sediado em Washington, nos Estados Unidos, mostra que uma média de 41% dos entrevistados em 25 países veem a China como a maior potência econômica atual, contra 39% que avaliam ser os EUA. Há dois anos, os EUA lideravam com 41%, contra 33% da China.

O estudo abrange, entre outros países, Brasil, EUA, África do Sul, Índia, Indonésia, Austrália, Japão e nove europeus, como Alemanha, França e Reino Unido, mas não a própria China ou a Rússia.

Foram ouvidos 31.938 adultos entre janeiro e abril deste ano, consultados com a pergunta: "Hoje, qual dos

seguintes você acha que é a principal potência econômica do mundo: EUA, China, Japão ou os países da União Europeia?"

No Brasil, os EUA ainda lideram, com 40% (queda de dois pontos em relação a 2023) contra 36% da China (aumento de seis pontos). Em países como Alemanha, Indonésia e México, a China ultrapassou os EUA e agora é considerada a maior potência.

Apesar disso, com exceções como Indonésia, Austrália e México, na maioria dos países os entrevistados disseram ser "mais importante" ter relações econômicas com os EUA do que com a China. No caso do Brasil, é como pensam 51% dos entrevistados, contra 36%

que apontaram a China.

Segundo o relatório, "parte desse movimento pode estar relacionado à confiança ou falta de confiança em Donald Trump para lidar com problemas econômicos globais". Na maioria dos países pesquisados, as pessoas que têm menos confiança no presidente americano nesse ponto "são mais propensas a priorizar vínculos econômicos fortes com a China".

O levantamento perguntou em nove países se os entrevistados veem mais favoravelmente os investimentos americanos ou chineses. Na Índia, a maioria optou pelos EUA (59% a 33%). No Brasil, 58% foram favoráveis à China, 54%, aos EUA.

Nelson Sá/Folhapress

## POLÍTICA

## Papel na mão de Alckmin diz que Tarcísio 'pode e deve' defender SP de sobretaxa de Trump



O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) recebeu de sua equipe, para a reunião com empresários em razão da sobretaxa comercial dos Estados Unidos, anotações que afirmam que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), "pode e deve" atuar em defesa das empresas e do agronegócio do estado.

O papel estava na mão de Alckmin após o encontro. O vice-presidente não citou Tarcísio na entrevista que concedeu a jornalistas depois do encontro e, segundo auxiliares, também não mencionou o governador durante a conversa reservada. De acordo com esses interlocutores de Alckmin, o

papel continha uma lista de informações selecionadas por sua equipe para o caso de tais temas surgirem nas conversas. Esse material, segundo eles, pode ser acolhido pelo vice-presidente ou não, para respostas ou posicionamentos.

"O governador Tarcísio de Freitas pode e deve atuar em defesa das empresas e do agro de São Paulo. Nós, do governo federal, sabemos diferenciar ideologia de ações práticas em defesa da economia e dos empresários brasileiros", diz um dos pontos, impressos no papel.

"Não queremos apagar incêndios simplesmente, mas sim construir um caminho de prosperidade", afirma outro trecho.

A reportagem questionou Alckmin, que res-

pondeu, por meio de sua assessoria de imprensa, que aquelas "são anotações entregues ao vice-presidente, e não de sua autoria, que ele sequer usou".

O papel também continha anotações escritas à mão, por Alckmin, com menções à Lei de Reciprocidade e a seu comitê de negociação, bem como ao principal negociador comercial de Donald Trump, Jamieson Greer.

Tarcísio de Freitas passou a ser duramente criticado pelo deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por defender uma saída negociada para a sobretaxa imposta pelos EUA -o estado de São Paulo deve ser o mais impactado pela medida comercial.

Folhapress

## Governo busca negociação com EUA e pede apoio de empresários



O governo federal se reúne nesta terça-feira (15) com setores da indústria e do agronegócio para discutir a taxa de 50% imposta pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. A primeira reunião com empresários do setor industrial ocorre pela manhã. No período da tarde, será a vez do agronegócio.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, abriu a reunião da manhã dizendo que o governo vai buscar a negociação com tranquilidade, mas sem interferir em outros poderes da República, como sugeriu Trump ao criticar decisões do Supre-

mo Tribunal Federal (STF). Alckmin classificou as medidas norte-americanas como inadequadas e pediu a colaboração dos empresários brasileiros.

"É importante a participação de cada um de vocês, nas suas áreas específicas, para fazermos um trabalho em conjunto. O governo brasileiro está empenhado em resolver essa questão e queremos ouvir as sugestões de cada um de vocês", destacou o vice-presidente.

O governo também vai conversar com empresas americanas que compram e vendem para o Brasil. Alckmin lembrou que a taxa de encarece e prejudica a economia dos dois países, já que existe uma importante

Lula, que até a crise era visto como seu potencial adversário na disputa pelo Planalto em 2026.

Defendeu uma saída coordenada com o Itamaraty para a crise, e ressaltou que representa os interesses de São Paulo, buscando voltar atrás de sua postura politizada na crise -começou atacando Lula e defendendo Bolsonaro, agora tenta corrigir o rumo, o que paradoxalmente o colocou em atrito com o ex-mandatário.

Ele também pediu uma "relação paradiplomática" com Washington, ou seja, quer negociar pontualmente com estados americanos, além de procurar senadores do país de Trump.

O evento de Tarcísio ocorreu ao mesmo tempo de uma de duas reuniões marcadas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que é o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, também com setores empresariais, em Brasília. Em São Paulo compareceram, de forma geral, empresários e executivos de menor peso -vários diretores e vice-presidentes estavam entre os 18 presentes.

Igor Gielow/Folhapress

## Tarcísio ignora Bolsonaro e fala em cooperar com Itamaraty

Em um encontro marcado para rivalizar com evento semelhante em Brasília, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) disse a empresários defender a cooperação com a diplomacia do governo Lula (PT) e que vai procurar estados americanos para tentar ajudar a solucionar o impasse do tarifário de Donald Trump.

O motivo declarado pelo presidente americano para aplicar a partir de agosto 50% de sobretaxa a importações brasileiras -o julgamento do seu aliado Jair Bolsonaro (PL) pela trama golpista- foi ignorado por Tarcísio, um técnico que chegou à política vindo do Ministério da Infraestrutura do ex-presidente.

A ausência do padrinho nas falas chamou a atenção de presentes, segundo relatos obtidos pela Folha de S.Paulo, e deverá acentuar a crise entre o governador e a família Bolsonaro.

Em sua fala inicial na reunião de cerca de uma hora e meia na manhã desta terça (15) no Palácio dos Bandeirantes, o governador evitou falar diretamente do presidente

relação de reciprocidade econômica em setores como o siderúrgico.

O diálogo com setor privado será a primeira tarefa do recém-criado Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais.

Fazem parte deste comitê os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), da Fazenda, das Relações Exteriores e da Casa Civil. Outras pastas foram convidadas para participar das reuniões.

Na segunda-feira, Geraldo Alckmin reforçou que o Brasil já estava dialogando e aguardava uma resposta dos representantes dos Estados Unidos antes do anúncio das novas tarifas. ABR

STARTUP

## Canopy capta US\$ 100 milhões para iniciar operações no Brasil



A Canopy, companhia dedicada a adquirir e perpetuar negócios de tecnologia, aportou US\$ 100 milhões para iniciar suas operações no Brasil. O valor deve ajudar a empresa a adquirir empresas maduras de softwares verticais para finanças, telecom, saúde, educação, serviços, varejo e indústria, além de softwares horizontais para processos como contabilidade, finanças, jurídico e recursos humanos. O valor foi obtido com dois investidores de private equity especializados no setor de tecnologia, a gestora americana Bessemer e a brasileira Cloud9.

“Levantar recursos junto a investidores de primeiro nível como a Bessemer e a Cloud 9 é um privilégio

enorme, ambos são reconhecidos por uma base de capital sólida, especialização no setor de tecnologia, histórico de sucesso e reputação impecável. Nós não poderíamos estar em melhor companhia”, afirma Thiago Rocha, CEO e fundador da Canopy. Os investidores indicaram Brian Feinstein e Felipe Affonso, para compor o Conselho de Administração.

Com mais de 20 anos de experiência, Rocha foi um dos principais nomes por trás da estratégia de crescimento da Sinqia, empresa de tecnologia para o setor financeiro, onde participou de 19 aquisições e da captação de R\$ 1,3 bilhão. Durante sua atuação, as ações da companhia se valorizaram 11 vezes, até

o fechamento de capital.

Canopy quer fazer primeira aquisição em 2025

Segundo o executivo, o Brasil é um dos maiores mercados de software do mundo, com mais de 9 mil empresas no setor — número que segue em expansão. “As principais companhias foram formadas por meio de consolidação. Com capital estruturado e disciplina, esse modelo funciona”, diz.

A proposta da Canopy é oferecer uma alternativa de longo prazo para empreendedores que buscam sucessão patrimonial ou fusão com players maiores. “Queremos ser um parceiro confiável, que respeite o legado das empresas adquiridas e valorize seus times, marcas e clientes”, afirma Rocha.

Startupi

## Nordeste se posiciona como polo de inovação e já registra mais de 4 mil startups, aponta Sebrae

Com 4,4 mil startups mapeadas, o Nordeste reforça seu papel no cenário de inovação brasileiro. Em Teresina, cidade com o segundo maior número de startups da região, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) promoveu recentemente o NEON 2025, maior evento de empreendedorismo nordestino, para impulsionar a presença dessas empresas no mercado nacional e internacional por meio de rodadas de negócios, mentorias e conexões com investidores. “Nós não podemos imaginar um mundo ou uma economia feita sem o processo de inclusão digital. Não existe, também, por outro lado, um mundo que não seja sustentável”, afirma Décio Lima, presidente do Sebrae Nacional.

O Observatório Sebrae Startups, iniciativa que mapeia o perfil destas empresas em todo o Brasil, revelou que das 4,4 mil companhias presentes na região, 618 atuam com Tecnologia da Informação, 591 com saúde e bem estar e 524 com educação. O quarto

é o de agronegócio.

O ecossistema de startups nordestinas tem crescido nos últimos anos, e registrou mais de mil empresas criadas no ano passado. Com a recente ascensão, 38,59% das companhias estão em fase de validação de produto (MVP) e apenas 1,64% já alcançou maturidade o suficiente para começar a escalar. Além disso, mais de 63% dessas companhias ainda não estão faturando.

Para Paulo Renato, gerente de inovação do Sebrae Nacional, o crescimento desacelerado das empresas nordestinas resulta da falta de estruturação do ecossistema. “Quando nós fazemos um diagnóstico do ecossistema de grande parte das cidades do Nordeste, vemos dois pontos que são fundamentais para o desenvolvimento de startups com uma pontuação muito baixa: capital, obviamente, capital de risco e Venture Capital, e infraestruturas propícias à inovação, que são incubadoras, aceleradoras, fab labs e coworkings. O que falta é adensar o ecossistema com esses parceiros”, explica.

Startupi

## TAO DEO capta R\$ 5 milhões para entrar no mercado de desodorantes naturais



A TAO DEO, startup de desodorantes naturais, estreia no mercado brasileiro com investimento inicial de R\$ 5 milhões, feito pelos sócios da companhia. A proposta da startup é acompanhar as tendências do mercado de higiene pessoal e beleza no Brasil, com desodorantes em cristal, roll-on e spray, nos quais a matéria prima é o alúmen de potássio, mineral com ação bactericida reconhecida por inibir o odor sem bloquear a transpiração, muito usado na Ásia.

Com fórmulas veganas, 100% naturais e hipoalergênicas, a startup desenvolveu os produtos em 18 meses e espera recuperar o valor investido nesse mesmo período. André

Piedade, ex-Forever 21 e fundador da TAO DEO, criou a marca, em conjunto com Fábio Rosinholi, CEO da agência de publicidade WE, pensando no consumidor mais exigente e ligado às causas ambientais, e coloca práticas sustentáveis no centro da operação.

“Na TAO, acreditamos que o autocuidado é um ato de respeito – com o corpo, a natureza e o futuro. Queremos inspirar milhões de pessoas a adotarem um estilo de vida mais equilibrado, onde bem-estar e responsabilidade caminham juntos. Somos guiados pela ética, autenticidade e pelo respeito em tudo o que fazemos – do laboratório à sua pele”, afirma Piedade.

A estratégia de marketing da empresa, liderada

por Rosinholi e sua agência, inclui um plano robusto de performance digital, redes sociais e ativações com creators ligados à sustentabilidade, saúde e bem-estar. A primeira campanha publicitária da companhia contou com a cantora e atriz, Cleo Pires.

“O interesse da agência We em se tornar sócia da TAO DEO surgiu da forte identificação com os valores e o potencial da marca. Desde os primeiros encontros, ficou evidente que havia uma oportunidade única de construir algo relevante e alinhado às novas demandas de consumo, especialmente no segmento de bem-estar, autocuidado e sustentabilidade”, comenta Rosinholi.

Startupi

## PUBLICIDADE LEGAL

## LSI Administração e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 58.034.315/0001-30

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

Balço Patrimonial – 31 de dezembro de 2024 e 2023		Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023							
(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)							
	2024	2023	2024	2023	Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de capital	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4.313	5.895	320.055	354.952	45.000	4.099	54.166	–	9.407	–	112.674
Contas a receber de clientes	68.502	73.647	(290.049)	(312.437)	–	1.133	(1.133)	–	–	–	–
Estoques	485	264	<b>30.006</b>	<b>42.515</b>	–	–	9.407	–	(9.407)	–	–
Partes relacionadas	44.345	44.063			–	–	–	–	–	22.653	22.653
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.704	4.783	(10.710)	(11.976)	–	–	–	(1.111)	–	–	(1.111)
Impostos a recuperar	186	1.034	(21)	(109)	–	–	(35.406)	–	–	–	(35.406)
Despesas antecipadas	724	388	(185)	(210)	–	–	(6.567)	–	–	–	(6.567)
Adiantamentos diversos	343	1.026	407	284	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>125.602</b>	<b>131.100</b>	<b>19.497</b>	<b>30.504</b>	<b>45.000</b>	<b>5.232</b>	<b>20.469</b>	<b>(1.111)</b>	<b>22.653</b>	<b>–</b>	<b>92.243</b>
<b>Não circulante</b>											
Depósitos judiciais	54	12	Receitas financeiras	656	2.820	–	628	–	–	–	–
Retenções contratuais	4.121	3.816	Despesas financeiras	(4.000)	(3.407)	–	–	–	(22.653)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.228	2.897	<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.343)</b>	<b>(587)</b>	–	–	–	–	–	–
	6.403	6.725	Equivalência Patrimonial	–	866	–	–	–	–	–	–
Imobilizado	15.951	17.408	<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>16.153</b>	<b>30.783</b>	–	–	–	–	–	–
Direito de uso em arrendamentos	22.064	7.946	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.386)</b>	<b>(6.511)</b>	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>44.418</b>	<b>32.079</b>	Corrente	(3.386)	(6.511)	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo</b>	<b>170.020</b>	<b>163.179</b>	Diferido	(212)	(1.619)	–	–	–	–	–	–
			<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>12.555</b>	<b>22.653</b>	–	–	–	–	–	–
<b>Passivo</b>			<b>Lucro por ação</b>	<b>0,28</b>	<b>0,50</b>	–	–	–	–	–	–
<b>Circulante</b>			<b>Lucro por ação – (em R\$)</b>	<b>0,28</b>	<b>0,50</b>	–	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos CP	863	1.089	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>								
Arrendamentos a pagar	11.125	3.962	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>								
Fornecedores	21.946	20.629	Lucro líquido do exercício	12.556	22.653						
Impostos e contribuições a recolher	4.122	4.201	Outros resultados abrangentes	–	–						
Salários e encargos sociais	1.204	1.006	<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>12.555</b>	<b>22.653</b>						
Provisão para férias	12.513	11.923									
Provisão para participação nos lucros e resultados	294	367									
Partes relacionadas	792	532									
Dividendos a pagar	12.153	13.700									
Juros sobre capital próprio	1.422	1.568									
Outras obrigações a pagar	157	120									
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>66.591</b>	<b>59.097</b>									
<b>Não circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos	127	900									
Arrendamentos a pagar	12.712	4.995									
Provisão para contingências	1.116	4.461									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.026	1.483									
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>14.981</b>	<b>11.839</b>									
<b>Patrimônio líquido</b>											
Capital social	45.000	45.000									
Reserva legal	5.860	5.232									
Reserva de lucros	31.383	20.469									
Reserva de capital	–	(1.111)									
Retenção de lucros	6.205	22.653									
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>88.448</b>	<b>92.243</b>									
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>170.020</b>	<b>163.179</b>									

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional** – A LSI Administração e Serviços S.A. (“Companhia” ou “LSI”) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 4, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, cujo objetivo é a prestação de serviços de manutenção e conservação de ativos físicos prediais tais como edifícios corporativos, shopping centers, hospitais, edificações

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da LSI Administração e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão

do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2025.

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382)  
Despesas antecipadas (336) 828  
Adiantamentos diversos 680 (918)  
Depósitos judiciais (42) (10)  
Retenções contratuais (305) (1.867)

**Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:**

Fornecedores 1.320 (3.266)

**(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes 4.477 18.628  
Estoques (221) (264)  
Partes relacionadas (22) (13.069)  
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar (3.980) (382

## PUBLICIDADE LEGAL

## LSI Logística S.A.

CNPJ/MF nº 04.057.495/0001-46

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)							
Ativo	2024	2023	2024	2023	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Circulante</b>					60.000	5.056	–	6.571	1.126	–	72.753
Caixa e equivalentes de caixa	3.456	5.745	727.748	609.031	–	253	–	(253)	–	–	–
Contas a receber de clientes	66.970	99.076	(653.314)	(553.598)	–	–	–	1.126	(1.126)	–	–
Partes relacionadas	84.145	–	74.434	55.433	–	–	–	–	–	–	–
Alienação de investimentos	–	54.722	–	–	–	–	–	–	–	–	–
IRPJ e contribuição social a recuperar	5.144	5.458	–	–	–	–	–	–	–	5.053	5.053
Impostos a recuperar	1.796	6.575	(39.611)	(39.129)	–	–	–	(1.200)	–	–	(1.200)
Despesas antecipadas	6.741	4.362	(1.818)	(2.454)	–	–	(9.864)	–	–	–	(9.864)
Adiantamentos diversos	373	8.442	(343)	(209)	–	–	–	–	5.053	(5.053)	–
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>168.625</b>	<b>184.380</b>			<b>60.000</b>	<b>5.309</b>	<b>(9.864)</b>	<b>6.244</b>	<b>5.053</b>	<b>–</b>	<b>66.742</b>
<b>Não circulante</b>					–	–	–	–	–	–	–
Depósitos judiciais	7	46	1.188	5.052	–	–	–	–	–	–	–
IRPJ e contribuição social diferidos	24.592	13.572	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	<b>24.599</b>	<b>13.618</b>			–	–	–	–	–	–	–
Imobilizado	26.313	23.904	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Direito de uso em arrendamentos	493.584	36.137	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>544.496</b>	<b>73.659</b>			–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo</b>	<b>713.121</b>	<b>258.039</b>			<b>60.000</b>	<b>5.309</b>	<b>(9.864)</b>	<b>6.244</b>	<b>5.053</b>	<b>–</b>	<b>66.742</b>
<b>Passivo</b>											
<b>Circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos CP	33.256	9.285	–	(2.179)	–	–	–	–	–	–	–
Arrendamentos a pagar	226.823	18.439	–	993	–	–	–	–	–	–	–
Fornecedores	70.245	72.265	(21.036)	5.053	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento de clientes	–	20.000	(0,35)	0,08	–	–	–	–	–	–	–
Impostos e contribuições a recolher	7.078	7.028	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Salários e encargos sociais	1.981	1.411	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão para férias	25.616	20.924	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	1.344	1.068	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos a pagar	350	1.200	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras obrigações a pagar	1.884	3.399	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>368.577</b>	<b>155.019</b>									
<b>Não circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos	5.008	6.255	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Arrendamentos a pagar	289.159	20.544	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão para contingências	3.897	6.606	–	–	–	–	–	–	–	–	–
IRPJ e contribuição social diferidos	2.169	2.605	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras obrigações a pagar	67	268	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>300.300</b>	<b>36.278</b>									
<b>Patrimônio líquido</b>											
Capital social	60.000	60.000	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	5.309	5.309	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucros	1.433	6.244	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de capital	–	(9.864)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Retenção de lucros	–	5.053	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízos acumulados	(22.498)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>44.244</b>	<b>66.742</b>									
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>713.121</b>	<b>258.039</b>									

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		
2024	2023	2024	2023	
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(21.036)	5.053	–	
(Prejuízo) Lucro por ação	–	–	–	
(Prejuízo) Lucro por ação – (em R\$)	(0,35)	0,08	–	
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>(21.036)</b>	<b>5.053</b>	<b>–</b>	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício	(21.036)	5.053	(2.000)	–
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:			(4.333)	(8.073)
Depreciação	4.447	8.465	–	2.708
Depreciação de arrendamentos	191.714	18.175	–	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis	1.142	3.744	–	–
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	–	1.680	–	–
Juros sobre arrendamentos	57.776	5.380	–	–
IRPJ e CSLL diferidos	(11.458)	(993)	–	–
Despesas c/ imposto de renda e contribuição social	–	2.179	–	–
Equivalência patrimonial	–	(2.985)	–	–
Resultado na alienação de imobilizado	(517)	(3.864)	–	–
Resultado nas baixas de arrendamento	(945)	–	–	–
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	3.688	2.594	–	–
Provisão para contingências	(2.709)	99	–	–
<b>Total</b>	<b>222.102</b>	<b>39.527</b>	<b>102.900</b>	<b>41.978</b>
(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:			–	–
Contas a receber de clientes	28.417	2.801	–	–
Partes relacionadas	(29.417)	(46.409)	–	–
IRPJ, CSLL e impostos a recuperar	9.247	(4.143)	–	–
Despesas antecipadas	(2.379)	757	–	–
Adiantamentos diversos	8.067	(8.371)	–	–
Depósitos judiciais	40	116	–	–
<b>Total</b>	<b>(2.017)</b>	<b>17.773</b>	<b>(79.102)</b>	<b>(69.902)</b>
(Acréscimo) ou decréscimo de passivos:			–	–
Fornecedores	(170)	2.393	–	–
Impostos e contribuições a recolher	570	(306)	–	–
Salários e encargos sociais	4.692	839	–	–
Provisão para férias	–	(1.544)	–	–
<b>Total</b>	<b>3.456</b>	<b>5.745</b>	<b>5.745</b>	<b>6.292</b>
<b>Total do (Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.289)</b>	<b>(547)</b>	<b>(2.289)</b>	<b>(547)</b>

Contábeis (CPC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Marcio Pagliuso Basso  
Diretor Presidente

Helem Helene Negri Teixeira Rodrigues  
Contadora CRC-ISP 246.496/0-4

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas Demonstrações Financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP 034.519/0

Wallace Weberling Pereira  
Contador  
CRC-SP 230.870/0

## Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/MF nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385

## Edital de Convocação – Assembleia Geral dos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures

## Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirográfrica

São convocados os Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirográfrica da Bioactive Biomateriais S.A., com sede na Alameda Júpiter, nº 1010, Distrito Industrial Nova Era, Indaiatuba/SP, CEP 13347-397 ("Companhia"), para a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de forma virtual, através da plataforma Microsoft Teams, no dia 29 de julho de 2025, às 11h, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

(i) a alteração da redação da Cláusula 4.16.3. da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirográfrica da Emissora ("Escritura de Emissão"), para refletir, de forma expressa, as disposições referentes à amortização das Debêntures da 1ª Série, conforme já deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 06 de junho de 2022; e (ii) autorizar a Emissora a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas. **Informações Gerais: 1. Participação e Votação na Assembleia:** os Debenturistas poderão participar e votar na AGD das seguintes formas: (i) Participação Virtual (em tempo real): os Debenturistas interessados deverão solicitar à Emissora o respectivo link para acesso à AGD através do e-mail [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br), com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao horário previsto para a realização da AGD, anexando os seguintes documentos: (i.a) Pessoas Físicas – Documento de identidade com foto e comprovante da titularidade das Debêntures emitido pela instituição depositária (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) ou pelo escriturador (Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.); (i.b) Pessoas Jurídicas – contrato social/estatuto social e eventuais alterações que comprovem a representação legal, documento de identidade com foto do(s) seu(s) representante(s) legal(is), e comprovante da titularidade das Debêntures emitido pela instituição depositária ou pelo escriturador; (i.c) Representação por Procurador – Além dos documentos acima, apresentar instrumento de mandato com poderes especiais para o ato, devidamente regularizado, com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica certificada; (ii) Voto a Distância (por Boletim de Voto a Distância): os Debenturistas que optarem por votar remotamente deverão solicitar o Boletim de Voto a Distância ("BVD") à Emissora através do e-mail [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br). O BVD, devidamente preenchido e assinado, juntamente com a cópia dos documentos de identificação do debenturista (conforme detalhado no item de participação virtual acima), deverá ser encaminhado para o mesmo e-mail de solicitação ou entregue na sede da Emissora, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD. Os votos a distância serão considerados na composição do quórum de instalação e deliberação. **2. Documentos e Informações:** os documentos e informações pertinentes à Ordem do Dia estarão à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora e mediante solicitação ao e-mail [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br), a partir da data de publicação deste Edital. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados através do e-mail [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br). São Paulo/SP, 14 de julho de 2025. **Diretoria da Bioactive Biomateriais S.A.** (14, 15 e 16/07/2025)

## Elgin S/A

CNPJ/MF nº 52.556.578/0001-22 – NRE-35.300.048.113

## Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2025

Aos 12/05/2025, na sede social da Companhia, na Avenida Vereador Dante Jordão Stoppa nº 47, Jardim Cintia, Mogi das Cruzes, reuniram-se os membros do Conselho de Administração. Iniciando os trabalhos, declarou o Sr. Roberto Bernardo Feder – Presidente do Conselho de Administração, que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre os pedidos de Renúncia dos senhores Roberto Feder e André Feder aos cargos de Diretores da Companhia com vigência de 16/07/2023 até 15/07/2026. Colocada a matéria em votação, verificou-se a sua aprovação, por unanimidade, permanecendo como Diretores os senhores: Edward James Feder, RG nº 3.108.111-3 SSP/SP e CPF nº 875.198.958-15 e Rafael Feder, RG nº 30.717.613-7 SSP/SP e CPF nº 293.083.678-45, ficando autorizada o Conselho de Administração a firmar os documentos necessários à formalização. Em seguida, ninguém mais se manifestando deram-se por encerrados os trabalhos, lavrando esta Ata, a qual após lida e aprovada, vai firmada pelos presentes. Mogi das Cruzes/SP, 12/05/2025. **a) Roberto Bernardo Feder;** **a) Edward James Feder;** **a) Rafael Feder;** **a) Frances Rose Feder;** **a) Gabriela Feder Gil e a) André Feder.** Roberto Bernardo Feder – Presidente do Conselho de Administração; Edward James Feder – Membro do Conselho de Administração; Rafael Feder – Membro do Conselho de Administração; Frances Rose Feder – Membro do Conselho de Administração; Gabriela Feder Gil – Membro do Conselho de Administração; Roberto Bernardo Feder – Diretor Renunciante; André Feder – Diretor Renunciante. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 244.025/25-3 em 14/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Acesse ao nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia: [datamercantil.com.br](https://datamercantil.com.br)



## PUBLICIDADE LEGAL

## Manserv Montagem e Manutenção S.A.

CNPJ/MF nº 54.183.587/0001-40

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

## Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.018	6.154
Contas a receber de clientes	234.996	212.565
Estoques	25.050	13.292
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.402	25.160
Impostos a recuperar	2.411	3.401
Despesas antecipadas	18.293	31.299
Instrumentos financeiros derivativos	1.420	-
Adiantamentos diversos	480	2.019
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>315.069</b>	<b>293.890</b>
<b>Não circulante</b>		
Depósitos judiciais	18	1.221
Retenções contratuais	10.224	6.088
Instrumentos financeiros derivativos	1.147	300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.787	31.917
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>55.176</b>	<b>39.526</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>369.266</b>	<b>333.416</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos CP	87.341	97.158
Arrendamentos a pagar	58.721	19.264
Fornecedores	89.901	98.946
Adiantamento de clientes	14.400	11.212
Impostos e contribuições a recolher	18.422	16.215
Salários e encargos sociais	10.228	7.688
Provisão para férias	65.666	70.397
Partes relacionadas	86.381	2.190
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.745
Outras obrigações a pagar	1.352	3.166
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>432.411</b>	<b>331.981</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos LP	61.522	41.648
Arrendamentos a pagar	61.436	25.400
Adiantamento de clientes	5.378	7.601
Provisão para contingências	12.199	14.916
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.777	2.173
Outras obrigações a pagar	200	802
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>144.512</b>	<b>92.540</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	54.000	54.000
Reserva legal	7.579	7.579
Reserva de lucros	10.361	38.540
Reserva de capital	-	(2.637)
Prejuízos acumulados	(24.528)	(25.542)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>47.412</b>	<b>71.940</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>624.335</b>	<b>496.461</b>

Murilo Oliveira – Diretor Presidente

## Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Receita líquida da prestação de serviços	1.430.870	1.459.820
Custo dos serviços prestados	(1.338.523)	(1.392.131)
<b>Lucro bruto</b>	<b>92.347</b>	<b>67.689</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(75.049)	(71.712)
Despesas com vendas	(840)	(1.831)
Despesas com impostos e taxas	(1.450)	(1.416)
Outras receitas operacionais	390	1.218
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>15.398</b>	<b>(6.052)</b>
Receitas financeiras	28.751	4.144
Despesas financeiras	(78.551)	(38.375)
Resultado financeiro líquido	(49.800)	(34.231)
Equivalência Patrimonial	-	443
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(34.402)</b>	<b>(39.840)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Corrente	-	-
Diferido	10.267	14.298
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(24.135)</b>	<b>(25.542)</b>
<b>Prejuízo por ação – (em R\$)</b>	<b>(0,45)</b>	<b>(0,47)</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

**1. Contexto operacional** – A Manserv Montagem e Manutenção S.A. ("Companhia" ou "Manserv") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 2, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, cujo objetivo é a prestação de serviços de manutenção de ativos físicos industriais e de infraestrutura incluindo instalações de indústrias extrativas, de transformação e manufatureira, refinarias de petróleo, oleodutos, gasodutos, minero-utos, plataformas de extração de petróleo, plantas de geração de energia, linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição de energia, estações de tratamento de água e efluentes, instalações portuárias e ferroviárias. Os serviços de manutenção prestados pela Manserv Montagens e Manutenção S.A. são individuais ou integrados incluindo componentes estruturais, equipamentos, caldearia, vasos, tanques, dutos, tubo-vias, tubulações, instalações elétricas, instalações de instrumentação e controle, isolamento térmico, pintura e tratamento de superfície. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. A Companhia faz parte do Grupo Manserv que tem como holding a Manserv Investimentos e Participações S.A., também domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 1, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>54.000</b>	<b>7.579</b>	-	<b>40.518</b>	<b>8.471</b>	-	<b>110.568</b>
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	8.471	(8.471)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(25.542)	(25.542)
<b>Destinação dos lucros</b>							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.353)	-	-	(3.353)
Dividendos propostos	-	-	-	(7.096)	-	-	(7.096)
Transações com acionistas	-	-	(2.637)	-	-	-	(2.637)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>54.000</b>	<b>7.579</b>	<b>(2.637)</b>	<b>38.540</b>	-	<b>(25.542)</b>	<b>71.940</b>
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	(25.542)	-	-	(25.542)
Destinação para reserva de capital	-	-	2.637	(2.637)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(24.135)	(24.135)
<b>Destinação dos lucros</b>							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(393)	(393)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>54.000</b>	<b>7.579</b>	-	<b>10.361</b>	-	<b>(24.528)</b>	<b>47.412</b>

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(24.135)</b>	<b>(25.542)</b>
Outras resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>(24.135)</b>	<b>(25.542)</b>

a resolução dos membros do Conselho de Administração em 30 de abril de 2025. **1.1. Relação das entidades investidas:** Em março de 2022 a Companhia participou do investimento da Simak Locação Serviços S.A. com aporte inicial e em outubro de 2022 e novembro de 2023 realizou integralização de capital com bens, direitos e obrigações com as demais coligadas do grupo. Em dezembro de 2023 a Companhia vendeu sua participação societária na Simak. Simak Locação Serviços S.A. – Locadora de máquinas e veículos para carga, descarga, manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras, inclusive equipamentos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e demolição, máquinas e equipamentos agrícolas, sem operador, veículos de transporte rodoviário de cargas, mercadorias e produtos de terceiros em geral, máquinas e equipamentos industriais e comerciais sem operador e gerenciamento e gestão de ativos. Os referidos serviços são prestados em todos os Estados da Federação. **2. Base de preparação** – a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(24.135)	(25.542)
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciação	18.327	14.244
Depreciação de arrendamentos	48.684	12.023
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.706	14.352
Resultados instrumentos financeiros derivativos	5.497	5.514
Juros sobre arrendamentos	13.221	7.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.267)	(14.298)
Equivalência patrimonial	-	(443)
Resultado nas alienações de imobilizado	(62)	(664)
Resultado nas baixas de arrendamento	(425)	-
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	(318)	(1.491)
Reversão (Provisão) para contingências	(2.717)	400
<b>Total</b>	<b>60.511</b>	<b>11.140</b>

**(Acrescimento) ou decréscimo de ativos:**

Contas a receber de clientes	(22.113)	77.375
Estoques	(11.758)	(7.016)
Partes relacionadas	84.191	2.283
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar	2.583	(1.302)
Despesas antecipadas	13.006	(20.731)
Adiantamentos diversos	1.536	2.442
Depósitos judiciais	1.204	(240)
Retenções contratuais	(4.136)	211
<b>Acrescimento ou decréscimo de passivos:</b>		
Fornecedores	(9.044)	17.202
Impostos e contribuições a recolher	313	2.111
Salários e encargos sociais	2.540	2.073
Provisão para férias	(4.731)	17.875
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	(7.563)
Adiantamento de clientes	963	(51.161)
Outras obrigações a pagar	(2.409)	1.576
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	112.652	46.275

**Fluxos de caixa das atividades de investimentos**

Alienação de imobilizado	1.308	1.243
Aquisições de ativo imobilizado	(48.959)	(20.640)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(47.651)	(19.397)

**Fluxos de caixa das atividades de financiamentos**

Captações de empréstimos e financiamentos	246.583	97.027
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(238.266)	(95.988)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(12.938)	(3.377)
Pagamentos de arrendamentos	(45.962)	(11.423)
Juros pagos sobre arrendamentos	(13.221)	(7.048)
Dividendos pagos	-	(38)
Juros sobre capital próprio pagos	(333)	(4.823)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamentos	(64.137)	(25.670)

**Aumento no caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.154	4.946
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	7.018	6.154
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>864</b>	<b>1.208</b>

os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.  
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. Contador  
CRC SP 034.519/O  
Wallace Weberling Pereira Contador  
CRC SP 230.870/O

**Coroa (Suécia) - 0,5728**  
**Dólar (EUA) - 5,5576**  
**Franco (Suíça) - 6,9453**  
**Iene (Japão) - 0,03736**  
**Libra (Inglaterra) - 7,4466**  
**Peso (Argentina) - 0,004376**  
**Peso (Chile) - 0,005746**  
**Peso (México) - 0,2958**  
**Peso (Uruguai) - 0,1375**  
**Yuan (China) - 0,7748**  
**Rublo (Rússia) - 0,07119**  
**Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,4579**

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Manserv Montagem e Manutenção S.A. – São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Manserv Montagem e Manutenção S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de

ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e

## QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ/MF nº 26.370.779.0001-20 – NIRE 35.3.0063457-8

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2025

**1. Data, Horário e Local:** aos 20/06/2025, às 10h00 na sede social da Companhia, na cidade de Itapevi-SP, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Itaquí. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) a retificação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/03/2025; (ii) a retificação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2025; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberam: 5.1. A retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 19/03/2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 100.649/25-7, em sessão de 27/03/2025 ("AGE de 19.03.2025"), em que, por equívoco, constou que o aumento do capital da Companhia no valor de R\$ 4.000.000,00 seria realizado mediante a emissão de 4.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, quando, em verdade, deveria ter constado a emissão de 25.726 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 155,48 por ação, apurado conforme balanço patrimonial levantado em 28/02/2025 e em observância ao critério estabelecido no inciso II do § 1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.1. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas decidem substituir o Boletim de Subscrição anexo à AGE de 19.03.2025, no qual constou o número incorreto de ações subscritas pelo acionista Carlos Extrakt Brauner em decorrência do aumento de capital então aprovado, que passará a ter a redação do Boletim de Subscrição que integra esta ata como Anexo I. 5.1.2. Ato contínuo, os acionistas decidem retificar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a corrigir o número total ações ordinárias da Companhia, que totalizam 885.070 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, permanecendo inalterado o valor do capital social. Dessa forma, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com o seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 79.446.283,52, dividido em 885.070 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." 5.2. Em decorrência da retificação da AGE de 19.03.2025, foi aprovada a retificação da ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 12/05/2025, arquivada na JUCESP sob nº 170.953/25-7, em sessão de 21/05/2025 ("AGE de 12.05.2025"), na qual, pela manutenção da mesma redação do estatuto social aprovada na AGE de 19.03.2025, constou, na consolidação presente em seu Anexo I, o número total de 4.859.344 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, quando, em verdade, deveria ter constado o número total de 885.070 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 5.3. Foi aprovada, para fins de clareza, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que possui a redação constante no Anexo II. 5.4. Em razão das deliberações tomadas acima, os acionistas concedem autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário. **Acionistas:** Carlos Extrakt Brauner e Fernando Extrakt Brauner. A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio. Itapevi, 20/06/2025. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner – Presidente; Mario Slamovitz Weigensberg – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 236.956/25-5 em 04/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

## Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de

PUBLICIDADE LEGAL

Manserv Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 11.596.852/0001-00

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos milhares de Reais)

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	123	615	16.275	19.644	Emprestimos e financiamentos CP	176	411	126.115	113.790
Contas a receber de clientes	41	-	522.479	583.886	Arrendamentos a pagar	692	647	321.478	52.732
Estoques	-	-	25.562	14.304	Fornecedores	2.951	2.496	236.933	235.205
Partes relacionadas	24.563	4.969	-	-	Adiantamento de clientes	-	-	14.400	31.212
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	63.510	52.903	Impostos e contribuições a recolher	949	951	44.036	43.733
Impostos a recuperar	873	1.710	5.317	12.765	Salários e encargos sociais	1.195	1.071	21.624	18.744
Dividendos a receber	25.427	17.824	-	-	Provisão para férias	3.763	3.561	156.685	155.108
Juros sobre capital próprio	2.722	2.535	-	-	Provisão para participação nos lucros e resultados	-	-	1.387	1.733
Despesas antecipadas	157	65	29.355	38.184	Juros sobre capital próprio	2.471	2.301	2.471	2.301
Adiantamentos diversos	25	66	2.261	12.107	Aquisição de investimentos	-	54.722	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.420	-	Partes relacionadas	54.760	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>53.931</b>	<b>27.784</b>	<b>666.179</b>	<b>733.793</b>	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	5.745
<b>Não circulante</b>					Outras obrigações a pagar	5	29	12.320	12.845
Depósitos judiciais	-	-	685	1.798	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>71.962</b>	<b>66.189</b>	<b>942.450</b>	<b>673.148</b>
Retenções contratuais	-	-	27.951	22.132	Emprestimos e financiamentos	85	117	67.314	52.839
Despesas antecipadas NC	-	-	-	347	Arrendamentos a pagar	1.810	264	390.026	58.822
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.147	300	Adiantamento de clientes	-	-	5.378	7.602
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	76.679	53.054	Provisão para contingências	-	29	21.517	29.824
Investimentos	250.677	315.224	-	-	IRPJ e CSLL diferidos	-	-	7.489	6.720
Imobilizado	2.983	3.513	220.945	199.982	Partes relacionadas	20.000	-	20.000	-
Direito de uso em arrendamentos	2.462	821	677.514	101.225	Outras obrigações a pagar	-	-	732	2.933
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>256.121</b>	<b>319.558</b>	<b>1.004.921</b>	<b>378.838</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>21.895</b>	<b>410</b>	<b>512.456</b>	<b>158.740</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>310.052</b>	<b>347.342</b>	<b>1.671.100</b>	<b>1.112.631</b>	<b>Patrimonio líquido</b>				
					Capital social	170.000	170.000	170.000	170.000
					Reserva legal	15.138	15.138	15.138	15.138
					Reserva de lucros	75.605	80.708	75.605	80.708
					Reserva de capital	-	(14.087)	-	(14.087)
					Retenção de lucros	-	28.984	-	28.984
					Prejuízos acumulados	(44.548)	-	(44.548)	-
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>216.195</b>	<b>280.743</b>	<b>216.195</b>	<b>280.743</b>
					<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>310.052</b>	<b>347.342</b>	<b>1.671.100</b>	<b>1.112.631</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Reserva de capital		Retenção de lucros		Prejuízos (lucros) acumulados		Total do patrimônio líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Saldos em 2022</b>	170.000	-	13.693	-	-	164.825	-	18.125	-	-	366.643	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.445	-	-	(1.445)	-	-	-	-	-	-
Destinação para retenção de lucros	-	-	-	-	-	18.125	(18.125)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	28.984	-	28.894	-
<b>Destinação dos lucros</b>												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(13.974)	-	-	-	-	(13.974)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(86.822)	-	-	-	-	(86.822)	-
Transações com acionistas	-	-	-	-	(14.088)	-	-	-	-	-	(14.088)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	28.984	(28.984)	-	-	-	-
<b>Saldos em 2023</b>	170.000	-	15.138	-	(14.088)	80.709	28.984	-	(28.984)	-	280.743	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	-	28.984	(28.984)	-	-	-	-	-
Destinação para reserva de capital	-	-	-	-	14.088	(14.088)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.541)	-	(30.541)	-
<b>Destinação dos lucros</b>												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.007)	-	(14.007)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(20.000)	-	-	-	-	(20.000)	-
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 2024</b>	170.000	-	15.138	-	-	75.605	-	-	(44.548)	-	216.195	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

**1. Informações sobre o Grupo:** A Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Manserv" ou "Companhia"), constituída em 05/01/2010, e suas controladas, Manserv Montagem e Manutenção S.A., LSI Logística S.A., LSI Administração e Serviços S.A. e Manserv Facilities Ltda. são sociedades por ações de capital fechado e de responsabilidade limitada, respectivamente, domiciliadas na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.511, Conjunto 71, Salas 1, 2, 3 e 4, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, que possuem como atividades preponderantes de prestações de diversos serviços. A Manserv Investimentos e Participações S.A. realiza a prestação de serviços administrativos às sociedades controladas, a administração de bens próprios e a participação como sócia, acionista ou quotista, no capital de outras sociedades. A Companhia tem firmado com as empresas do Grupo Econômico Manserv um contrato de prestação de serviços corporativos que, com base na apuração mensal dos gastos dos seus departamentos que prestam serviços, é realizado o rateio das despesas comuns baseado nas atividades dedicadas a cada Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Manserv Investimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Grupo") para exercício findo em 31/12/2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução do Conselho de Administração em 28/04/2025.

Henrique dos Reis Meirelles - Diretor Financeiro | Helem Helene Negri Teixeira Rodrigues - Contadora CRC 1SP 246496/0-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Manserv Investimentos e Participações S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28/04/2025

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida da prestação de serviços	-	-	3.405.011	3.466.130
Custo dos serviços prestados	-	-	(3.118.272)	(3.112.479)
<b>Lucro bruto</b>			<b>286.739</b>	<b>353.651</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	-	-	(199.190)	(208.851)
Despesas com vendas	-	-	(3.829)	(7.413)
Despesas com impostos e taxas	-	-	(2.763)	(3.478)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	1.180	14.314
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>			<b>82.137</b>	<b>148.223</b>
Receitas financeiras	-	-	33.623	11.506
Despesas financeiras	-	-	(165.385)	(122.567)
Resultado financeiro líquido	-	-	(131.761)	(111.061)
Equivalência patrimonial	(30.541)	28.984	-	-
<b>(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>	<b>(49.625)</b>	<b>37.162</b>
IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Corrente	-	-	(3.772)	(18.834)
Diferido	-	-	22.856	10.656
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>
<b>(Prejuízo) lucro por ação</b>				
(Prejuízo) lucro por ação - (em R\$)	(0,18)	0,17	(0,18)	0,17

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.541)	28.984	(30.541)	28.984
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.541)	28.984	(30.541)	28.984
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>	<b>(30.541)</b>	<b>28.984</b>

Fluxos de caixa das atividades operacionais				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.541)	28.984	(30.541)	28.984
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equiv. de caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação	1.920	904	38.085	108.514
Depreciação de arrendamentos	664	1.125	278.006	42.882
Juros sobre empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis	66	219	15.214	67.360
Resultado instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.497	12.506
Juros sobre arrendamentos	108	749	81.489	17.811
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(22.856)	(10.656)
Despesas com IRPJ e CSLL	-	-	3.772	18.834
Equivalência patrimonial	30.541	(28.984)	-	-
Resultado nas alienações de imobilizado	(24)	(62)	1.782	(11.759)
Resultado nas baixas de arrendamentos	(10)	-	(1.645)	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-	6.687	(2.705)
Reversão para participação nos lucros e resultados	(1.000)	-	(347)	(10.224)
(Reversão) provisão para contingências	(29)	29	(8.307)	936
Contas a receber de clientes	(41)	-	54.720	(4.410)
Estoques	-	-	(11.257)	(20.253)
IRPJ, CSLL e impostos a recuperar	2.938	1.972	362	(22.333)
Dividendos recebidos	12.397	6.606	12.397	6.606
Juros sobre capital próprio recebidos	11.719	19.049	-	-
Despesas antecipadas	(91)	(14)	9.177	(19.748)
Adiantamentos diversos	40	(16)	9.843	(13.241)
Depósitos judiciais	1	(1)	1.112	(276)
Retenções contratuais	-	-	(5.819)	(9.548)
<b>Acréscimo ou (decrécimo) de passivos:</b>				
Fornecedores	457	(19)	1.733	81.457
Impostos e contribuições a recolher	(3.205)	(3.683)	(5.001)	2.422
Salários e encargos sociais	123	10	2.879	2.707
Provisão para férias	202	(172)	1.577	23.952
Partes relacionadas	443	(183)	20.000	-
Outras obrigações a pagar	(25)	29	(2.725)	11.373
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	(1.839)
Adiantamento de clientes	-	-	(19.037)	(46.919)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(5.191)	(7.586)
Caixa liq				

## PUBLICIDADE LEGAL

## MM &amp; Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72 – NIRE 35.300.518.497

## Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024

**1. Data, Hora e Local da Assembléia:** Realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2024, às 9:00 (nove horas), na sede da sociedade, na José Guide, nº 85, Sala 85-F, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, CEP: 15.035-500, na cidade de São José do Rio Preto (SP). **2. Convocação e Presenças:** Reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas", dispensadas, assim, as convocações pela imprensa, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rubens Facchini, que convidou a mim Sonia Mahfuz Facchini para secretária-ó. **4. Ordem do Dia: (i) Em Assembléia Geral Ordinária:** a) Aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023; b) Eleição da nova Diretoria para o Triênio 2024/2026; c) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(ii) Em Assembléia Geral Extraordinária:** a) Ratificação da distribuição de dividendos pagos em 2023; b) Proceder à incorporação ao Capital Social do valor total de R\$ 22.845.282,44 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente ao saldo total da conta de "Reserva de Incentivos Fiscais"; c) Reformulação e Consolidação do Estatuto Social; **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos, deliberaram o quanto segue: **(i) Em Assembléia Geral Ordinária:** A Assembleia, por unanimidade dos votos presentes, aprovou integralmente e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o balanço patrimonial sem quaisquer reservas ou ressalvas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, destinando 5% (cinco por cento) do resultado para "Reserva Legal", nos termos do artigo 133, parágrafo 2º, da Lei 6.404/76; **(ii) Na forma do Estatuto Social,** os acionistas aprovaram a eleição da nova Diretoria para o triênio 2024/2026, com mandato até 30 de junho de 2027 que ficou assim constituída: Diretor Presidente, o Sr. Rubens Facchini, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.557.530-7(SSP/SP), e do CPF/MF nº 439.159.578-87; Diretora, a Sra. Sonia Mahfuz Facchini, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 4.709.447-3 (SSP/SP), e do CPF/MF nº 086.940.068-12, ambos com escritório na Rua José Guide, nº 85, Sala 85, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, na cidade de São José do Rio Preto (SP), os quais tomam posse nesse ato; Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades empresariais ou administração de sociedades empresariais, sendo certo que a eles foi dado amplo conhecimento da legislação aplicável; **(iii) Por unanimidade dos votos dos presentes,** deliberaram também a aprovação da distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023, no valor de R\$ 43.409.120,36 (quarenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, cento e vinte reais e trinta e seis centavos) permanecendo o saldo em "Reserva de Retenção de Lucros"; **(iv) Em Assembléia Geral Extraordinária:** Os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos, no valor total de R\$ 3.781.505,86 (três milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), pagos em 2023; **(v) Os acionistas,** deliberaram também, proceder à incorporação ao Capital Social do valor total de R\$ 22.845.282,44 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente ao saldo total da conta de "Reserva de Incentivos Fiscais"; **(vi) Os acionistas presentes,** cumprindo a representação, aprovaram a consequente alteração estatutária, pelo exame da nova redação do Artigo 4º do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R\$333.400.000,00 (trezentos e trinta e três milhões, quatrocentos mil reais), e passa a ser de R\$ 356.245.282,44 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), sem modificação do número de ações, como permite o disposto no artigo 169, parágrafo 1º da Lei 6.404/1976; **Artigo 4º – O Capital Social é de R\$ 356.245.282,44 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 83.406.038 (oitenta e três milhões, quatrocentos e seis mil e trinta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. § 1º – Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações da capital na proporção das ações já possuídas anteriormente. § 2º – A subscrição de ações da capital para integralização a prazo, fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. § 3º – A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. (vii) Aprovaram ainda, os acionistas, a consolidação do Estatuto Social com redação constante do Anexo que integra a presente ata. **6. Encerramento e Assinaturas:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, ficando cientes os acionistas da sua lavratura na forma do Sumário, conforme faculta o Art. 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades Anônimas. São José do Rio Preto (SP), 25 de abril de 2.024. a) Rubens Facchini, presidente da mesa e Sonia Mahfuz Facchini, secretária; Acionistas: Rubens Facchini e Sonia Mahfuz Facchini. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rubens Facchini – Presidente da Mesa; Sonia Mahfuz Facchini – Secretária. Acionistas: Rubens Facchini; Sonia Mahfuz Facchini. **Anexo: Estatuto Social: Capítulo I – Nome, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º – MM & Santos Participações S/A** é constituída como uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade de São José do Rio Preto (SP), localizada na José Guide, nº 85, Sala 85-F, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, CEP: 15.035-500, na cidade e comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo e se regerá por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e pelas demais disposições legais que lhes forem aplicáveis. **Parágrafo Único** – A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. **Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como a administração de bens próprios. **Artigo 3º** – O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações: Artigo 4º** – O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 356.245.282,44 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 83.406.038 (oitenta e três milhões, quatrocentos e seis mil e trinta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que reconhece apenas um titular para cada ação. **Parágrafo 2º** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas. **Parágrafo 3º** A Companhia poderá emitir ações preferenciais em uma ou mais classes, sem direito de voto, resgatáveis ou não, fixando-lhes as preferências e vantagens pertinentes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações de que se divide o capital social. **Artigo 5º** – Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações em aumentos de capital, na proporção das ações detidas pelos mesmos, observadas as disposições legais aplicáveis. **Capítulo III – Assembleia Geral: Artigo 6º** – A Assembleia Geral da Companhia deverá se reunir, ordinariamente, uma vez ao ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre e na medida em que o interesse social assim exigir. **Parágrafo Único** – A Assembleia Geral Ordinária (AGO) e a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Artigo 7º** – A convocação da Assembleia far-se-á pela imprensa, mediante anúncios assinados por qualquer Diretor, anúncios esses publicados pelo Diário Oficial do Estado e por outro jornal de grande circulação. Os anúncios mencionados, ainda que sumariamente, a ordem do dia, o local, o dia e a hora da Assembleia. **Parágrafo 1º** Entre o dia da primeira publicação de convocação e o da realização da Assembleia, deverá se observar o prazo de 8 (oito) dias, no mínimo, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) para a convocação posterior. **Parágrafo 2º** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Acionistas a que comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 8º** – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 100% (cem por cento) do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos da Lei. **Artigo 9º** – Qualquer acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por um procurador constituído a menos de 1 (um) ano. **Artigo 10º** – As Assembleias Gerais serão presididas por pessoa escolhida pelos acionistas presentes, por maioria de votos. Caberá ao Presidente designar um dos presentes, acionista ou não, para secretário. **Artigo 11º** – As decisões da Assembleia Geral somente serão válidas se tomadas por Acionistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito de voto. **Capítulo IV – Administração: Artigo 12º** – A Diretoria será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, acionistas ou não, domiciliados no País, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um o Diretor Presidente e o outro simplesmente Diretor. **Parágrafo 1º** O prazo de mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, exercendo cada um deles, entretanto, suas funções até que seus sucessores sejam investidos no cargo e sendo admitida a sua reeleição. **Parágrafo 2º** A investidura no cargo dá-se por termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões de Diretoria", assinado pelo Diretor eleito no prazo de até 30 (trinta) dias da sua eleição. **Parágrafo 3º** A Diretoria fará jus a um pro labore mensal a ser definido, por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 13º** – A Diretoria terá as atribuições que a lei lhe outorga para realizar os objetivos fixados no Artigo 2º e assegurar o funcionamento regular da Companhia, ficando investida dos poderes gerais para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, inclusive os de transigir, celebrar acordos, renunciar a direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e onerar, por qualquer forma, bens e direitos, bem como nomear procuradores da Companhia, especificando no instrumento de mandato os respectivos poderes e duração do mandato. **Parágrafo 1º** Observadas as disposições contidas neste estatuto, a Companhia será validamente representada se o ato contar com a assinatura do Diretor Presidente, ou de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador. **Parágrafo 2º** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão prazo de validade limitado a 12 (doze) meses, não podendo ser substabelecidas. **Artigo 14º** – É vedado aos Diretores, sendo ineficaz em relação à Companhia, a prática de atos de qualquer natureza estranhos ao objeto social, tais como prestar quaisquer garantias, cauções, avais, fianças e endossos e assumir quaisquer obrigações em favor de terceiros, bem como gravar bens e direitos sociais de qualquer natureza. **Parágrafo Único:** Executam-se da vedação deste Artigo 14 as garantias, reais ou fidejussórias, ou endossos que a Companhia venha a prestar no interesse de qualquer de suas empresas coligadas ou controladas, desde que aprovadas previamente pela Assembleia Geral na forma do Artigo 11. **Artigo 15º** – Observado o item (a) do Parágrafo 1º do Artigo 13 acima, compete: (i) ao Diretor Presidente: (a) representar ativa e passivamente a Companhia, em Juízo ou fora dele, e perante terceiros; (b) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; (c) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas; (d) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e (e) convocar a Assembleia Geral de Acionistas. (ii) ao Diretor: (a) substituir o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários; e (b) colaborar e assessorar o Diretor Presidente dentro de suas funções. **Parágrafo Único:** Em caso da ausência permanente de qualquer Diretor, o Diretor remanescente poderá substituí-lo emergencialmente, devendo, entretanto, uma Assembleia Geral ser convocada no prazo máximo de 15 (quinze) dias do evento para eleição de um substituto, o qual deverá cumprir o restante do mandato do Diretor substituído. **Artigo 16º** – A Diretoria, enquanto órgão colegiado, reunir-se-á sempre que os negócios sociais assim o exigir e, especialmente, com a finalidade de fixar o voto da Companhia a ser preferido em assembleias gerais e/ou reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação. Para tanto, devem os Diretores convocar a Assembleia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data programada para a votação em sociedades nas quais esta Companhia tenha sido convocada a proferir seu voto. **Artigo 17º** – As resoluções da Diretoria constarão de Atas lavradas no livro próprio. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 18º** – O Conselho Fiscal não será de funcionamento permanente e, quando instalado a pedido de acionistas, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com a competência, deveres e responsabilidades definidos em lei. **Parágrafo 1º** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal, quando instalado, terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que for realizada após sua instalação. **Parágrafo 2º** A investidura dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será feita por termo lavrado no "Livro de Pareceres do Conselho Fiscal", nos 30 (trinta) dias seguintes ao da eleição. **Parágrafo 3º** Os acionistas deverão determinar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando da sua eleição. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Lucros: Artigo 19º** – O exercício social iniciará-se no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ao final de cada exercício social, serão levantados pela Companhia o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício. **Artigo 20º** Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria submeterá à Assembleia Geral Ordinária o relatório da administração e a proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observando-se o quanto segue: (i) 5% (cinco por cento) será destinado para a Reserva Legal, até que esta atinja 20% do Capital Social; (ii) 1% (um por cento) será destinado para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; (iii) O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais. **Parágrafo 1º** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório previsto no item (ii) deste Artigo 20, ou, ainda, a retenção de todo o lucro. **Parágrafo 2º** O dividendo previsto no item (ii) deste Artigo 20, não será obrigatório se a Diretoria comunicar à Assembleia Geral que tal obrigação é incompatível com a situação financeira da Companhia. **Artigo 21º** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços e demonstrações trimestrais ou semestrais e, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos baseados nos lucros apurados em tais balanços, observadas as disposições deste Estatuto Social e limites legais. **Parágrafo 1º** Os dividendos distribuídos de acordo com este Artigo poderão ser considerados adiantamento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no item (ii) do Artigo 20, acima. **Parágrafo 2º** A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração sobre capital próprio calculado sobre as contas do Patrimônio Líquido, observados os limites definidos em lei. **Capítulo VII – Liquidação da Companhia: Artigo 22º** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral nomear o liquidante. **Parágrafo Único** – Na liquidação, os haveres da Companhia serão empregados para o cumprimento das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social. **Capítulo VIII – das Disposições Gerais: Artigo 23º** – Os casos omissos serão regulados pelas disposições da Lei nº 10.406/02, Lei nº 6.404, de 15/12/76, e legislação complementar. São José do Rio Preto (SP), 25 de abril de 2.024. Rubens Facchini – Presidente da Mesa; Sonia Mahfuz Facchini – Secretária. Acionistas: Rubens Facchini Sonia Mahfuz Facchini. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 254.248/24-0 em 26/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.**

## Prandine Participações S/A

CNPJ/MF nº 05.004.351/0001-94 – NIRE 35.300.189.523

## Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024.

**1. Data, Hora e Local da Assembléia:** Realizada aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 15:00 (quinze) horas, na sede da sociedade, na Rua das Imbuías, nº 146, Jardim Monte Carlo, CEP: 15.110-000, na cidade de Guapiacú (SP). **2. Convocação e Presenças:** Reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas", dispensadas, assim, as convocações pela imprensa, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Marino Prandine, que convidou a mim Rosani Marly Fachini Prandine para secretária-ó. **4. Ordem do Dia: (i) Em Assembléia Geral Ordinária:** (a) Aprovação das demonstrações financeiras contábeis encerradas em 31/12/2023; (b) Distribuição de Dividendos; **(ii) Em Assembléia Geral Extraordinária:** (a) Consolidação do Estatuto Social; **5. Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos o quanto segue: **(i) Em Assembléia Geral Ordinária:** A Assembleia, aprovou integralmente e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o balanço patrimonial sem quaisquer reservas ou ressalvas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii) Deliberaram também a aprovação da distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023,** no valor total de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), permanecendo o saldo em "Reserva de Retenção de Lucros"; **(iii) Em Assembléia Geral Extraordinária:** Os acionistas presentes, aprovaram a Consolidação do Estatuto Social com redação constante do Anexo que integra a presente Ata. **6. Encerramento e Assinaturas:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, ficando cientes os acionistas da sua lavratura na forma do Sumário, conforme faculta o Art. 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades Anônimas. Guapiacú (SP), 30 de abril de 2.024. a) José Marino Prandine, presidente da mesa e Rosani Marly Fachini Prandine, secretária; Acionistas: José Marino Prandine e Rosani Marly Fachini Prandine. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. José Marino Prandine – Presidente da mesa; Rosani Marly Fachini Prandine – Secretária. Acionistas: José Marino Prandine; Rosani Marly Fachini Prandine. **Anexo: Estatuto Social: Capítulo I – Da Denominação, Sede, Prazo de duração e Objeto social. Cláusula Primeira:** Sob denominação de Prandine Participações S/A sociedade por ações, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei 6.404/76 e suas alterações, para os casos omissos, pela legislação brasileira societária aplicável. **Cláusula Segunda:** A sociedade tem sede na Rua das Imbuías, nº 146, Jardim Monte Carlo, CEP: 15.110-000 na Cidade e Comarca de Guapiacú (SP), que é seu foro. **Parágrafo Único:** A sociedade poderá abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior, mediante resolução da diretoria. **Cláusula Terceira:** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Cláusula Quarta:** A sociedade tem por objeto, as seguintes atividades: a) Administração de outras sociedades; b) Participações, investimentos; c) Compra e venda de imóveis; d) Locação de bens; Podendo, ainda, praticar todos os atos que se relacionarem com tais objetivos e, inclusive participar como sócia ou acionista em quaisquer outras sociedades. **Capítulo II – Do Capital Social: Cláusula Quinta:** O Capital Social é de R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), dividido em 1.128 (Um mil, Cento e Vinte e Oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **§ 1º** – Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações da capital na proporção das ações já possuídas anteriormente. **§ 2º** – A subscrição de ações da capital para integralização a prazo, fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. **§ 3º** – A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias gerais. **Capítulo III – Da Assembleia Geral e Deliberações Sociais. Cláusula Sexta:** A Assembleia Geral é o órgão soberano da sociedade e tem os poderes e atribuições que a lei lhe confere. A sua convocação, instalação e deliberações obedecerão ao disposto na lei. **Capítulo IV – Da Administração da Sociedade. Cláusula Sétima:** A sociedade será administrada por uma Diretoria, que terá as atribuições conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social, estando os diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único:** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Cláusula Oitava:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo designados Diretor Presidente e os demais, simplesmente Diretores. **§ 1º** – No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da vacância. **§ 2º** – A Diretoria fará jus a um pro labore mensal a ser definido, por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária. **Cláusula Nona:** Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em Lei ou no presente Estatuto Social. **§ 1º** – Observadas as disposições contidas neste estatuto, a Sociedade será validamente representada se o ato contar com a assinatura do Diretor Presidente, ou de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador. **§ 2º** – As Procurações outorgadas em nome da Sociedade, serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 2 (dois) anos. **Cláusula Décima:** O Diretor Presidente da Sociedade terá poderes específicos para: 10.1. dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; 10.2. coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas; 10.3. supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e 10.4. convocar a Assembleia Geral de Acionistas. **Cláusula Décima Primeira:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, ou em desacordo com as disposições da Cláusula Nona e Décima acima. **Cláusula Décima Segunda:** As reuniões da Diretoria será convocada por 2 (dois) Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal: Cláusula Décima Terceira:** A sociedade terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, composto de três membros efetivos e igual número de suplentes. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal terá atribuições que a lei lhe confere e a Assembleia Geral que determinar a sua instalação elegerá seus membros e fixará sua remuneração. **Capítulo VI – Do Exercício Social, Balanço, Resultado e sua Aplicação: Cláusula Décima Quarta:** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, na forma da lei. **Cláusula Décima Quinta:** Os resultados apurados nas Demonstrações Financeiras a que se refere o artigo anterior terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral e da legislação em vigor. **Cláusula Décima Sexta:** A sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório, o mínimo de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, facultando-se à Diretoria levantar balanços e distribuir dividendos mesmo em períodos intermediários, observadas as prescrições legais. **Capítulo VII – Da Dissolução da Sociedade. Cláusula Décima Sétima:** Para todos os casos de dissolução da sociedade é competente a Assembleia Geral, que decidirá sobre as condições de liquidação. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais. Cláusula Décima Oitava:** Os casos omissos serão regulados pelas disposições da Lei nº 10.406/02, Lei nº 6.404, de 15/12/76, e legislação complementar. Guapiacú (SP), 30 de abril de 2024. José Marino Prandine – Presidente da mesa; Rosani Marly Fachini Prandine – Secretária. Acionistas: José Marino Prandine; Rosani Marly Fachini Prandine. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 287.955/24-2 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

## Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2025

**Data, Hora e Local:** 17/06/2025, às 17:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, 15º andar, ala B, São Paulo-SP. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos Conselheiros, que participaram por teleconferência. **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, Secretária. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** (i) a realização de cessão definitiva pela Companhia para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, CNPJ/MF nº 61.351.481/0001-74 ("Fundo"), por meio da celebração do "Contrato de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), de direitos creditórios decorrentes de cédulas de crédito bancárias com garantia de alienação fiduciária de veículos objetos dos financiamentos firmados entre os tomadores de financiamento indicados no Anexo I do Contrato de Cessão e a Companhia ("Direitos Creditórios"), no montante total de até R\$1.300.000.000,00 ("Cessão"); (ii) a negociação dos termos e condições e posterior celebração de todos os documentos necessários para a realização da Cessão, incluindo o Contrato de Cessão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Cotas da 1ª Emissão da Classe Única do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada" ("Contrato de Distribuição") e demais contratos relacionados à Cessão e a emissão de cotas do Fundo; (iii) a subscrição e a integralização de 100.000 cotas da 1ª emissão da subclasse subordinada da classe única do Fundo, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 100.000.000,00 ("Aquisição das Cotas Subordinadas"); e (iv) a autorização para que a Diretoria pratique todos e quaisquer atos necessários para a realização da Cessão e da Aquisição das Cotas Subordinadas. **Encerramento:** Foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 17/06/2025. **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim** – Secretária da Mesa. **Conselheiros: Jean Pierre Avril; Vincent Hervé PY; Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente do Conselho. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 234.831/25-0 em 30/06/2025. Aloizio Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL  
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

Para orçamentos entre em contato:  
comercial@datamercantil.com.br

## GRÁFICOS INFORMATIVOS

### Produtos brasileiros mais exportados aos EUA

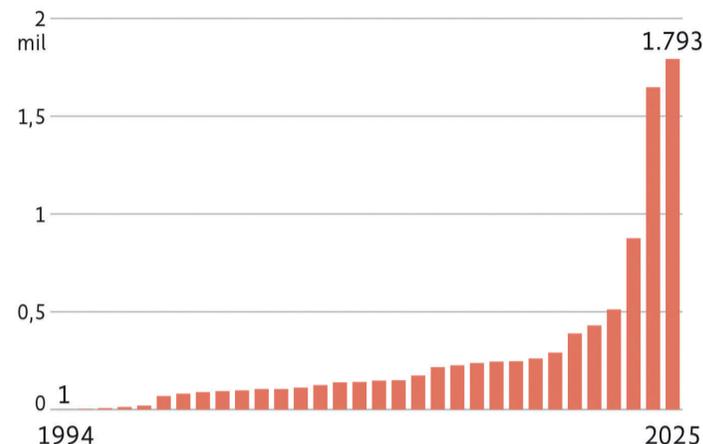
Valor, em US\$ milhões

Petróleo bruto	2.378,5
Produtos de ferro ou aço	1.499,7
Café não torrado, não descafeinado	1.168,9
Carnes de bovino, desossadas e congeladas	737,8
Ferro fundido bruto	683,6
Pasta química de madeira	668,6
Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	610,2
Aviões e outros veículos aéreos de peso até 15 mil kg	449,5
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	432,9
Aviões e outros veículos aéreos acima de 15 mil kg	425,5
Sucos de laranja não congelados	376,7
Óxidos de alumínio	294,9
Pedras (como mármore e granito)	280,1
Transformadores elétricos	263,6
Sebo de bovinos, ovinos ou caprinos	248,7
Preparações alimentícias e conservas, de bovinos	239,1
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	223,7
Óleos leves e preparações	220,4
Bulldozers e angledozers, de lagartas, autopropulsores (máquinas de construção)	214,3
Carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal, autopropulsores	207,1

Fonte: Mdic (dados desde jan.2025, no cálculo 'free-on-board')

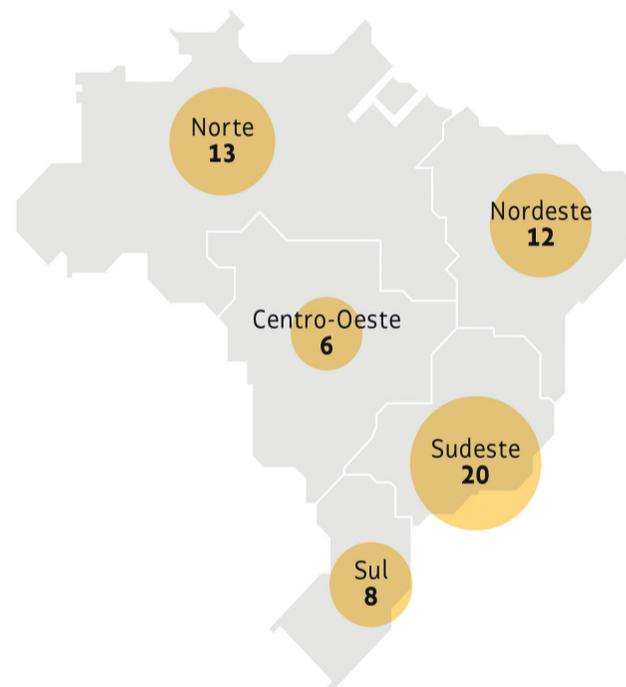
### Iniciativa privada avançou sobre setor de saneamento após novo marco

Quantidade de municípios com participação privada no saneamento



### Sudeste concentra maior parte dos investimentos privados no setor

Leilões realizados desde 2020

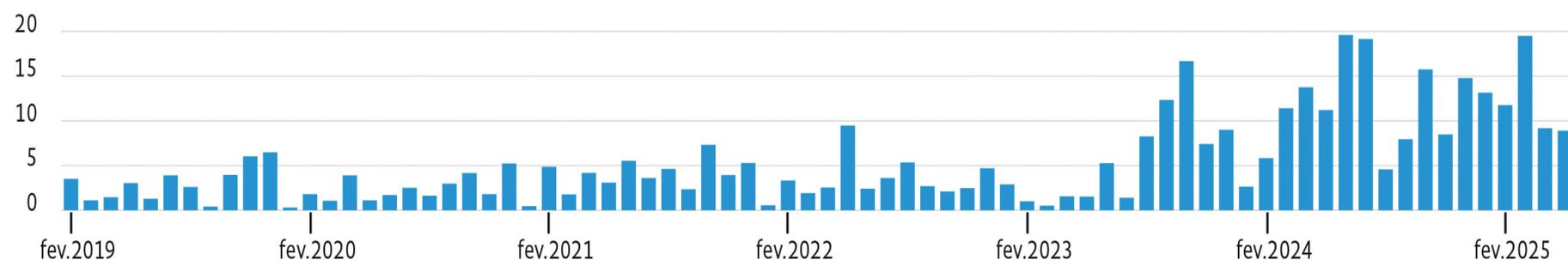


Região	Municípios incluídos nos leilões	Valor total de investimentos previstos (Em R\$ bilhões)
Sudeste	477	109,8
Sul	450	17,5
Nordeste	403	27,9
Norte	126	18,7
Centro-Oeste	73	4

Fonte: Abcon

### Volume de emissões de debêntures incentivadas cresceu nos últimos anos

Valor mensal, em bilhão de reais, de ofertas encerradas de debêntures incentivadas



Fonte: Anbima

## NEGÓCIOS

### Embraer projeta custo de R\$ 20 bi até 2030 com tarifas de Trump



A sobretaxa de 50% imposta pelo presidente dos EUA, Donald Trump, a produtos brasileiros custará R\$ 2 bilhões em pagamento de tarifas pela Embraer somente neste ano, de acordo com o CEO da fabricante, Francisco Gomes Neto. Segundo ele, até 2030, o montante a ser pago em taxas chegará a R\$ 20 bilhões.

Em entrevista a jornalistas nesta terça-feira (15), Gomes Neto afirmou também que a empresa terá um custo adicional de R\$ 50 milhões por avião caso a sobretaxa se confirme. De acordo com o executivo, o cenário inviabilizaria as vendas do jato comercial 195 E1. "Dificilmente uma com-

panhia vai concordar em pagar uma tarifa desse montante. Por isso que a gente acredita que isso pode e deve ser revertido num processo de negociação", disse.

Os EUA são hoje o principal mercado da Embraer. A fabricante já atua no país há 45 anos e emprega 3.000 profissionais americanos. De acordo com a companhia, um terço dos voos regionais em grandes aeroportos dos EUA são feitos com aviões da Embraer.

"Um atenuante é que cerca de 45% do custo do avião é equipamento americano, e sobre esta parte não incide a tarifa. Mas o [cálculo de] R\$ 50 milhões por avião já leva em conta essa condição. Para vocês verem como é impactan-

te essa tarifa de 50%." O executivo diz, ainda, que o impacto da tarifa pode ser semelhante ao da pandemia e que considera as novas taxas "quase um embargo".

Uma das alternativas caso a sobretaxa seja mantida por Trump seria aumentar a produção nos EUA, segundo Gomes Neto. No entanto, a opção levaria tempo e exigiria um investimento muito alto, afirma.

Apesar do cenário ruim, Gomes Neto disse estar otimista com um avanço nas negociações. Ele foi um dos representantes do setor produtivo que estiveram reunidos com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) para tratar do assunto.

Paulo Ricardo Martins/Folhapress

### Entenda a situação da Taurus após multa e suspensão de negócios com polícia de SP



Após processo administrativo da Polícia Militar de São Paulo, o governo do estado aplicou multa de R\$ 25 milhões à Taurus e suspendeu a empresa de participação de novas licitações com as forças de segurança pública por dois anos.

A companhia veio à público declarar que as medidas do Governo de São Paulo não possuem efeito imediato e que ainda cabe recurso – ou seja, nega que esteja impedida de participar das licitações e de que terá de pagar a multa de imediato.

Os casos referentes à multa ocorreram entre 2007 e 2011, sendo de pistolas que supostamente disparavam sozinhas – o

### Raízen paralisa usina histórica no interior de SP e vende cana por R\$ 1 bi

A Raízen, principal grupo sucroenergético do país, anunciou nesta terça-feira (15) o fim das operações por tempo indeterminado da icônica usina Santa Elisa, em Sertãozinho, e a venda de 3,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. A decisão, de acordo com a companhia, faz parte de sua "estratégia de reciclagem do portfólio de ativos para captura de eficiência agroindustrial" e o valor de até R\$ 1,045 bilhão arrecadado com a venda de contratos com fornecedores será usado para a redução do endividamento da companhia.

O endividamento da Raízen, do bilionário Rubens Ometto, atingiu seu pior patamar desde que a companhia abriu capital na Bolsa, em 2021, conforme levantamento da Elos Ayta Consultoria, que mostrou que seria preciso que a empresa fosse três vezes

maior, em patrimônio, para o pagamento de sua dívida.

No quarto trimestre de 2024, a dívida bruta da Raízen foi de R\$ 64,7 bilhões - a dívida líquida foi de R\$ 54,8 bilhões. Controladora da Raízen, a Cosan reportou prejuízo de R\$ 9,4 bilhões no ano passado e, segundo a empresa, parte do resultado negativo se deve ao desempenho pior que o esperado da Raízen.

Com 35 usinas produtoras de açúcar, etanol e bioenergia, a Raízen obteve no ano safra 2024/25 R\$ 255,3 bilhões de receita líquida, com Ebitda ajustado de R\$ 10,8 bilhões. Comercializou 34,2 bilhões de litros de combustível e produziu 5,1 milhões de toneladas de açúcar.

Surgida em 1936, anos após a crise do café devido à quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a Santa Elisa teve papel primordial no desenvolvimento do setor na região de Ribeirão Preto - mais tradicional polo produtor do país.

Folhapress



que então gerou a substituição das pistolas usadas por forças de segurança pública de São Paulo.

A notícia veiculada na imprensa no sábado, dia 12 de julho, dizia que a companhia foi multada em R\$ 25 milhões pelo Governo de São Paulo por conta de pistolas com falhas.

As informações são de que as falhas ocorreram durante 11 contratações da empresa pelo governo estadual, entre 2007 e 2011, com o fornecimento de mais de 98 mil pistolas .40 S&W, modelos 24/7 e 640.

Da mesma forma, as notícias apontavam que a companhia está proibida de participar de licitações do governo de SP desde julho de 2020, ainda no curso

desse mesmo processo.

Em nota, a empresa alega que as 'notícias são equivocadas'. Segundo a Taurus, o processo em questão se trata de sanção aplicada pelo Centro de Material Bélico da Polícia Militar do Estado em processo administrativo que foi iniciado em 2016.

"Desde então, já houve outras penalidades aplicadas nesse mesmo processo, todas anuladas pela Justiça de São Paulo ou pela própria Polícia Militar, por sua instância superior. Também não é verdadeira a informação de que a Taurus esteja proibida de participar de licitações do governo de São Paulo desde julho de 2020", diz a empresa.

IstoÉDinheiro